



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DESEMBARGADORA SÉRGIA MIRANDA**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 59402-26.2007.8.06.0001/1**

**(SPROC N.º 2007.0019.4823-5/1)**

**ORIGEM: 9ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA**

**APELANTE: FRANCISCO DE ARAÚJO CARNEIRO**

**APELADOS: NAURÍCIO SEVERO MARQUES e**

**JOSÉ WAGNER SEVERO MARQUES**

**TERCEIRO INTERESSADO: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR**

**RELATOR: DES. JOSÉ MÁRIO DOS MARTINS COELHO**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**VOTO-VISTA**

Com o propósito de examinar com mais detença o objeto do presente recurso de apelação em que figuram como partes as acima epigrafadas, pedi vista dos presentes autos. Vista que me foi regimentalmente concedida na sessão passada do dia 03 do fluente mês e que me possibilitou elaborar o presente voto, o qual corrobora com a sábia decisão do ínclito Desembargador Relator.

Primeiramente, convém destacar que adoto integralmente o bem elaborado relatório da lavra do eminente Desembargador Relator, por encontrar-se de forma irretocável, assim como seu voto, o qual denota a acuidade e extremo zelo que lhe são

APELAÇÃO CÍVEL Nº 59402-26.2007.8.06.0001/1



peculiares no trato dos feitos de sua regência.

Em referência aos requisitos processuais de caráter intrínseco e extrínseco, como bem asseverou o Relator, se coadunam na estreita margem da admissibilidade, por inexistir fato impeditivo ou extintivo para o exercício da recorrência.

A pretensa interpretação proposta pelo apelante quanto ao cerceamento do constitucional direito de defesa, rogando, portanto, o conhecimento do Agravo Retido, acertadamente aponta o Desembargador Relator quanto à inconsistência das alegações diante do arrazoadado meritório junto aos fólios, no qual, o recorrente, assegura ter restado fartamente comprovada a efetiva relação de paternidade de caráter socioafetivo entre os, ora apelados e aquele que os registrou como filhos. Desta feita, caindo por terra a irresignação em virtude de possível ausência de oportunidade de produção de prova testemunhal, vez que prepondera ao magistrado diretor do feito, a determinação de produção de provas necessárias para a formação de seu livre convencimento.

Tratando-se do cerne da questão, cabe-me engrossar as fileiras em concordância aos termos explicitados pelo mui digno Relator, ao trazer à luz, a essencial noção ética aristotélica, a qual festeja a relevância dos bens morais, assim como, dos atos deles derivados, na constituição da felicidade individual e coletiva, como um norte para perpetuação da segurança jurídica daquelas situações permeadas dos valores éticos enaltecidos de uma sociedade mais humana e justa.

Em consequência ao pensamento firmado na esteira dos valores ético-morais, vislumbra-se estar diante de uma atitude repleta dos sentimentos, dos mais nobres, considerando-se haver o pai registral, tomado para si a responsabilidade, com zelo e carinho por mais de quarenta anos, provendo ambas as crianças de todo amparo, tanto de natureza alimentar e educacional, assim como de afeto e cuidados dignos de um verdadeiro pai, sendo assim, impossível ignorar a importância fundamental da paternidade socioafetiva na formação do núcleo familiar.

Ademais, nota-se ter, cuidadosamente, o Desembargador Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 59402-26.2007.8.06.0001/1



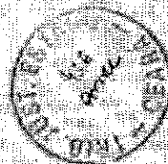
acostado exemplares emblemáticos sobre o tema, constantes dos anais jurisprudenciais dos Tribunais de Justiça do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul, assim como do egrégio Superior Tribunal de Justiça, os quais cristalizam o entendimento acerca da irrevogabilidade do reconhecimento voluntário da paternidade, nos casos em que se acham ausentes vícios no exercício da manifestação de vontade, ainda que, venha a estar em descompasso com a verdade biológica, fazendo-se preponderante a ligação socioafetiva construída ao longo dos anos de convivência entre pai e filhos, conferindo, desta forma, como indelével a tutela à preservação da estabilidade familiar.

Em harmonia com a compreensão exposta acima, recorro ementa de minha relatoria, a qual enfatiza o valor da livre manifestação de vontade exercida pelo pai no reconhecimento de filho que sabia não ser biologicamente seu:

**EMENTA: DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. CRIANÇA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO. RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO DE FILIAÇÃO. PERFILHAMENTO VOLUNTÁRIO DA PATERNIDADE DE FILHO DE TERCEIRO, TRAZENDO PARA SI A RESPONSABILIDADE SOBRE O INFANTE. RETIRADA DO NOME DO PAI DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL E DO INTERESSE MAIOR DA CRIANÇA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO AUTURAL. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. UNÂNIME. 1. Não havendo comprovação de vício no reconhecimento da paternidade realizado, não há possibilidade de sua desconstituição. 2. O reconhecimento espontâneo da paternidade por quem sabe não ser o pai biológico tipifica verdadeira adoção (adoção à brasileira), a qual é irrevogável, descabendo postular-se anulação do registro de nascimento, salvo se demonstrada de forma convincente a existência de vício de consentimento, o que inexistiu no caso em foco. 3. O apelado não pode se desvincular do dever assumido sem vícios e cujo desenlace causaria prejuízo à pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, por ele voluntariamente reconhecida como filho, em relação à qual sabia não haver vínculo biológico, pois a paternidade, muito mais do que um evento meramente biológico, é um fenômeno social, merecendo prestígio a verdade.**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 59402-26.2007.8.06.0001/1





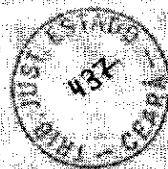
*socioafetiva. Filho não é algo descartável, que se assume quando desejado e se dispensa quando conveniente. 4. Recurso Voluntário conhecido e provido. 5. Sentença reformada. (TJCE – Apelação Cível n. 11624200080601761 – Rel. SÉRGIA MARIA MENDONÇA MIRANDA - Comarca: Fortaleza - Órgão julgador: 6ª Câmara Cível - Data de registro: 21/07/2010)*

DIANTE DE TUDO ISSO, atencioso costumeiramente que é o culto Julgador, à boa doutrina, bem como aos precedentes jurisprudenciais, aquiesço ao entendimento adotado por sua excelência, ora traçado nos presentes autos, portanto, acostando-me integralmente ao acertado posicionamento da digna Relatora, conhecendo do recurso, com a decretação parcial de seu provimento, considerando hígida a declaração da origem biogenética, comprovada mediante o resultado do exame de DNA acostado ao caderno processual, perseverando os registros de nascimento da forma em que foram assentados *a prima facie*, mantendo os efeitos deles decorrentes sem qualquer hiato, e, ainda, rateando os honorários advocatícios em igual proporção para ambas as partes, exatamente da maneira clara constante no dispositivo do irrepreensível acórdão em foco.

É como voto.

Fortaleza, 09 de setembro de 2011.

  
Desa. SÉRGIA MARIA MENDONÇA MIRANDA  
RELATORA



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
SECRETARIA DA 6ª CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 59402-26.2007.8.06.0001/1 - 9ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA -**

**### Segredo de Justiça###**

**Relator : DES. JOSÉ MÁRIO DOS MARTINS COELHO**

**Presidente: Exmo. Sr. DES. JOSÉ MÁRIO DOS MARTINS COELHO**

**Rep. do Ministério Público: Sra. Procuradora de Justiça Dra. SUZANE POMPEU SAMPAIO SARAIVA**

**Secretária: Bela. GEÓRGIA MÁRCIA COELHO RAMOS**

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO**

*Certifico que, dando prosseguimento ao julgamento, a Exma. Sra. Des. SÉRGIA MARIA MENDONÇA MIRANDA, que havia pedido vista dos autos em 03.08.2011, veio na presente data, ministrar seu voto vista, acompanhando na íntegra o voto do eminente Relator, rejeitando a preliminar suscitada (Aproveitamento do Agravo Retido). No mérito, conhecendo do recurso e dando-lhe parcial provimento, no que foi acompanhado pelo eminente Des. JUCID PEIXOTO DO AMARAL, que anteriormente havia votado se acostando ao entendimento do eminente Relator. Designado para lavrar o acórdão, o Exmo. Sr. Des. JOSÉ MÁRIO DOS MARTINS COELHO. "A Turma, por unanimidade, rejeitou a preliminar suscitada (Aproveitamento do Agravo Retido). No mérito, conheceu do recurso, para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do eminente Relator." O referido é verdade. Dou fé. Sala das Sessões da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em Fortaleza, 09 de setembro de 2011.*

*Georgia Marcia Ramos*  
**BELA. GEÓRGIA MÁRCIA COELHO RAMOS**

**- Secretária -**